

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VALDEMIR FERNANDES DE LIMA

ABSENTEÍSMO NÃO DOCENTE EM ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL NA REGIÃO
METROPOLITANA DE CURITIBA.



CURITIBA
2016

VALDEMIR FERNANDES DE LIMA

ABSENTEÍSMO NÃO DOCENTE EM ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL NA REGIÃO
METROPOLITANA DE CURITIBA.

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção do Título de Especialista em
Políticas Educacionais, no Curso de Pós-
graduação em Educação, da Universidade Federal
do Paraná.

Orientador:
Prof. Dr. Marcos Ferraz.


CURITIBA
2016

TERMO DE APROVAÇÃO

VALDEMIR FERNANDES DE LIMA

ABSENTEÍSMO NÃO DOCENTE EM ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Monografia apresentada e aprovada no curso de Especialização em Políticas Educacionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.



Prof. Dr. Marcos Ferraz
Orientador



Profa. Dra. Andréa Barbosa Gouveia
Coordenadora do Curso

DEDICATÓRIA

Ao senhor, Roque Fernandes de Lima (*in memoriam*), meu eterno Pai e Mestre (1942-2013), por sempre ter acreditado nos meus sonhos e depositado todos os votos para meu êxito estudantil e acadêmico ao longo da minha escolarização.

RESUMO

O presente trabalho apresenta resultados de um levantamento qualitativo sobre absenteísmo em escolas públicas na Região Metropolitana de Curitiba, obtidos metodologicamente por meio de visita as unidades escolares e entrevistas junto aos educadores não-docentes, atuantes nas escolas visitadas. Também traz capítulos com reflexões abordando o surgimento do Estado Moderno, considerações sobre a burocracia no funcionamento do estado, as relações de poder no interior do estado, com seus aspectos de sociabilidade. Ainda traz breve reflexão sobre o servidor público, bem como o uso privado do estado, considerando inclusive sinteticamente o caso de características encontradas no cenário brasileiro. Por fim são transcritos os dados da pesquisa feita. A transcrição é por meio de texto com olhar qualitativo que busca demonstrar um pouco das condições objetivas dos funcionários de escola, no cotidiano escolar. O levantamento abrange reflexões sobre condições de trabalho dos servidores públicos atuantes no interior de escolas estaduais, com considerações sobre absenteísmo e os arranjos feitos para suprimento das demandas de trabalho surgidas na rotina da escola. Traz ainda reflexões com um olhar para o interior da unidade escolar, sendo a escola uma parte componente da organização estatal mais ampla. São trazidos ainda por meio de transcrição literal e síntese, verbalizações dos sujeitos com objetivo de ilustrar de modo mais apurado o entendimento do absenteísmo e outras condições do trabalhador Agente Educacional.

Palavras-Chave: Absenteísmo, Burocracia, Estado Moderno, Relações de Poder, Servidor Público.

ABSTRACT

The present work shows results of one survey made by qualitative view, about absenteeism in public school in the Região Metropolitana of Curitiba, obtained by visit to schools unities and interviews with educators no-teachers, who working in the schools visited. Also includes chapters addressing the born of Modern State, considerations about burocracy in operation of state, the relations of power at inside of estate, with aspects of sociability. Still brief reflection on civil servant, as well as the private use of state. Finally are transcribed the datas from survey. The transcript is through text with qualitative look that seeks to demonstrate some of the objective conditions of school officials, the school daily. The survey includes reflections on the working conditions of public servants acting within state schools, with considerations for absenteeism and the arrangements made to supply the demands of work arising in the school routine. Bring reflections with a look at the interior of the school unit, being the school a part component of the broader state organization. Are brought even through literal transcription and synthesis, verbalizations of the educators in order to illustrate in a more accurate understanding of the absenteeism and others conditions of the employee Educational Agent.

Keywords: Absenteeism, Burocracy, Civil Servant, Modern State, Power Relations.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO:.....	08
2. SURGIMENTO DO ESTADO MODERNO.....	10
3. ESTADO, PODER, BUROCRACIA E USO PRIVADO DO ESTADO.....	16
4. SERVIDOR NO INTERIOR DAS ESCOLAS E ABSENTEÍSMO	19
5. ANÁLISE DOS DADOS.....	22
6. CONCLUSÃO.....	28
REFERÊNCIAS:.....	30

1 INTRODUÇÃO

O trabalho aqui redigido tem por finalidade apresentar dados oriundos da atividade de pesquisa qualitativa realizada em unidades escolares na Região Metropolitana de Curitiba. Inicialmente é feita uma reflexão teórica sobre o desenvolvimento do estado, citando de modo sintético alguns momentos históricos da humanidade em que o estado foi se desenvolvendo, principalmente através dos últimos séculos até chegar aos dias atuais, com sua configuração no mundo contemporâneo. O trabalho está dividido em quatro momentos distintos de reflexão. O primeiro traz considerações sobre o surgimento do estado moderno, onde são pontuados alguns dados sobre o surgimento, bem como o desenvolvimento do estado. Nesse momento são citados alguns tipos de estados, como entendido por alguns autores ao referirem às cidades italianas como exemplo de estados de então. No segundo momento o texto busca discorrer de maneira mais específica e propriamente dito o Estado em si, já atentando para questões como; Estado, poder, burocracia e uso privado do Estado. Seguindo as reflexões, no terceiro momento a discussão pauta-se nas questões que dizem respeito ao funcionamento do estado, mais especificamente no que tange as atividades dos trabalhadores do setor público, no interior das unidades escolares e absenteísmo, e o caso dos trabalhadores em educação, do quadro não docente, como um dos objetivos centrais do presente trabalho.

Por fim são apresentados dados sobre o levantamento de caráter qualitativo feito em cinco unidades escolares na Região Metropolitana de Curitiba, tendo como questões abordadas; o absenteísmo, as relações de poder, os arranjos adotados nas unidades escolares para suprimento de demandas imediatas, ocorridas diante de um cenário de quadro de funcionários insuficiente. Assim como é feita a gestão dessas situações em cada escola, incluindo outros conceitos tais como; relação de poder que surgem no interior das escolas, vínculo de trabalho, elencando ainda conceitos relacionados às características do trabalho na esfera do setor público, e demais questões que envolvem a burocracia e o funcionamento do aparato estatal. As considerações vão desde o ingresso do servidor, seu vínculo empregatício, suas

condições básicas de trabalho, relações entre colegas e com a chefia imediata. Busca observar o absenteísmo e os dados práticos desse fenômeno nas escolas pesquisadas, incluindo informações quantitativas que contribuem para melhor percepção do fenômeno quando ocorrido, salientados nas conclusões finais.

Ainda ao concluir as explanações e considerações finais são refletidas as questões sobre a importância de um olhar teórico sobre a organização estado, e também a importância de um olhar com distanciamento para o levantamento, levando em consideração que do nível teórico conceitual é possível perceber de modo mais acurado os dados que compõe o presente trabalho.

2 SURGIMENTO DO ESTADO MODERNO

O Estado como uma organização da sociedade humana, numa visão mais ampla e geral também passa por momentos distintos na história da humanidade, quando consideramos as formas de como se constituiu ou se instituiu. Portanto para entender historicamente o Estado, ou entender melhor as características desse, uma vez que o mesmo é uma organização construída pela sociedade. Vale inicialmente ter uma síntese histórica também da própria civilização no decorrer dos tempos, num olhar geral sobre o desenvolvimento da civilização em seus respectivos e distintos momentos. Esse entendimento dos agrupamentos humanos pode ser visto basicamente desde as sociedades pré-modernas caracterizadas basicamente pelos caçadores e coletores, passando pelas sociedades pastoris e agrárias, pelas civilizações pré-industriais – também chamadas de tradicionais e por fim chegando ao mundo denominado por muitos autores como moderno, acentuadamente com advento da revolução industrial, com a sociedade mercantilista, que cada vez mais se organizava e sistematizava as ações em busca de novos mercados consumidores. Amplia-se o conhecimento de mundo geográfico e com isso a possibilidade de explorar os domínios sobre territórios e meios de produção.

No período do desenvolvimento da sociedade industrial foi onde ocorreu o maior número de pessoas empregadas em atividades fabris para atender a expansão industrial que basicamente tinham suas organizações ou funcionamento nas cidades, aumentando assim também os agrupamentos de pessoas no espaço urbano. Não somente ocorre a migração dos sujeitos para o meio urbano, bem como surge uma nova dinâmica na forma de organização também do espaço e das pessoas em tal cenário. Torna-se desse modo cada vez mais complexo o aspecto da civilização que vai se ampliando e se desenvolvendo ao mesmo tempo em que, surgem também mais subgrupos e ou classes distintas no seio desses agrupamentos. Tais subgrupos também vão se unindo em busca de defender algumas condições melhores de subsistência, mesmo que a princípio de modo desorganizado, no sentido formal e legitimado como acontece nos dias atuais, dentro das corporações e organizações em geral.

Segundo GIDDENS (2005, pag. 55), vários fatores influenciaram na organização das sociedades, entre os fatores estão as influências políticas, que nos primórdios da modernidade estava essencialmente relacionada às elites e não a população em geral. Para esse autor o desenvolvimento político influi na economia e também na maior participação do estado e interferência do mesmo nas sociedades modernas. Com isso também os ideais de liberdade, igualdade e participação democrática. Portanto, uma concepção relativamente nova em termos de história da humanidade sendo esse fenômeno muito mais característico da própria sociedade moderna. Nas ponderações sobre o tema o autor citado nesse parágrafo ainda traz considerações sobre as questões de conflitos de classe, pela estratificação das classes que passam a ser evidenciadas, e por seguinte surgem as questões relacionadas ao Poder, que será discorrido também adiante no presente trabalho.

A partir da presença dos grupos e ou movimentos, ora harmônicos, ora antagônicos no interior das sociedades modernas, acontece o surgimento de uma organização mais ampla e reconhecidamente importante para o exercício do poder. Essa instituição que passará a ser denominada de Estado elenca na sua formação e característica alguns elementos cruciais que darão legitimidade a ela, muitas vezes mesmo por parte daqueles sujeitos ou grupos que não sentem parte do ou atendido por esse Estado. Thomas Hobbes já trazia essa concepção na obra *Leviatã*, o mesmo afirma que quando o estado se institui: “pela maioria o direito de representar a pessoa de todos eles, ou seja, de ser o representante; todos sem exceção, tanto os que votaram a favor dele como os que votaram contra ele”, (Hobbes, 2005, p, 103). Tem-se aqui uma noção presumida de conflito, pelo possível descontentamento daqueles que não o elegeram, e mediante isso o estado em sua premissa pode exercer o poder de governar. Para Johnson (1997, pag. 91) ao citar Weber traz que o estado é uma instituição social que mantém monopólio sobre o uso da força. Nesse sentido o estado é definido por sua autoridade para gerar e aplicar Poder coletivo. O autor ainda aponta que assim como as demais instituições sociais, tem um conjunto de obrigação ou função das quais entre outras inclui; manter a lei; a ordem; a estabilidade e resolver litígios. Estabilidade, ordem, paz e resolução de conflitos são fatores que exigem a presença do Estado nas sociedades, numa espécie de grande ou principal responsável, para atendes demandas dessas sociedades e ou nações.

Percebe-se, portanto, que desde suas origens o estado já nasce com algumas funções que são como prerrogativas dessa ampla instituição, basicamente diante de uma necessidade de atender alguns interesses, mesmo que muitas vezes seja interesse de somente parte daqueles que compõe a sociedade que ele Estado está inserido. Não necessariamente o estado surgiu para atender, por exemplo, os seguimentos que estavam às margens dos bens produzidos por uma determinada nação, num determinado período. As questões de atender as demandas cada vez mais amplas das pessoas começam a surgir gradativamente na sociedade, juntamente com as noções de direitos na medida em que também avançam a ideia de democracia, que passa então a contemplar também uma população mais ampla. Isso ocorre também conforme a maior participação política dos sujeitos. Nas afirmações de Hübinge (2012) houve uma grande transformação da sociedade burguesa de elites em uma cultura democrática de massa, sendo esse fato uma democratização ativa de massas.

Algumas características foram marcantes em determinados períodos dos estados, desde os principados, passando pelo absolutismo, pelas formas de monarquias em algumas nações, até chegar aos estados mais democráticos, que não necessariamente ocorreram na mesma época. Isso se deve pelo fato de alguns reinos, cidades e ou nações terem um conjunto de elementos mais desenvolvidos em relação a outros. Vale ainda ressaltar que mesmo na contemporaneidade muitas nações ainda não vivem num estado democrático ou de bem estar, em algumas regiões do planeta. Em algumas nações no caso da Itália renascentista, cidades como Veneza e Florença, por exemplo, já havia conseguido avançar na organização das suas sociedades, enquanto outras nações européias como a França ainda estavam em estágios anteriores naquele período de tempo. Florenzano ao citar Burckhardt, destaca que Veneza e Florença até eram representativas, pelo dinamismo econômico e riqueza, por suas sofisticadas culturas e regime políticos republicanos altamente complexos. Nesse cenário o estado acaba tendo uma transformação, com a sofisticação do aparelho estatal. “O estado estava deixando de ser um poder orgânico, tipicamente feudal, para começar a ser um poder máquina, tipicamente moderno, (FLORENZANO, 2007, pág. 21).

As considerações acima referem-se basicamente a uma organização já sistematicamente pouco mais elaborada do estado. Em outras palavras, já mais

sistematizado, uma vez que todo o aparato existente já obtivera algum tipo de resultado na administração daquelas cidades, tendo em vista o “êxito” dessas cidades. Entretanto existem na história outros momentos, onde o Poder do estado estava mais centrado no caso dos reinados, e dos principados. Maquiavel em sua consagrada obra *O Príncipe*, traz elementos fundamentais para o entendimento sobre a forma que se dá na aplicação e ou manutenção do Poder. Ao referir aos principados Maquiavel faz considerações sobre como discutir e mostrar de que forma os principados hereditários podem ser governados e mantidos. Dentre as reflexões que enfatiza o poder centralizador e de decisão de Maquiavel está: “Então é absolutamente necessário não se importar com a fama de cruel, porque sem ela nunca se conseguirá manter um exército unido e disposto a qualquer ação”. MAQUIAVEL (2005, pag. 74). Nessa afirmação mostra uma das questões marcantes na forma de organização e administração da sociedade da época, por parte dos detentores do poder de decidir, onde mesmo tendo a composição do poder com a participação dos soldados, tem a palavra e decisão final sempre centrada na pessoa do príncipe. Que normalmente em todo o período dos principados eram hereditários, isto é, poderes transmitidos de famílias, que detinham o poder. Um tipo de estado centrado obviamente no poder do Príncipe.

Na Europa dos tempos remotos da modernidade o papel centralizador de um monarca é bastante claro e definido, mesmo quando se trata de papéis que atualmente tem uma relativa autonomia. Nesse período o ordenamento da sociedade basicamente se resumia em: “entre rei e os súditos, não há intermediários, um comanda e todos obedecem, (FAORO, 2008, pag. 19). A afirmação de Faoro pode ser também compreendida ou relacionada com o modo de entendimento de como a sociedade de então era governada. Matteucci citado por Florenzano esclarece que; “quando se quer indicar o momento vertical do poder, fala-se de governo de rei, (MATTEUCCI, 2007)”. A origem e o desenvolvimento do Estado acontecem contemporaneamente ao advento da própria modernidade. Num momento da história marcado pela monarquia e o absolutismo, evidenciado no feudalismo e o fim da Idade Média. Portando marcadamente ocorrendo formas de governos centralizadores no exercício do poder, que vai se transformando também com as mudanças com advento das sociedades modernas, adentrando num novo momento da história no mundo ocidental.

Localizar em linhas gerais os aspectos históricos da humanidade no sentido de uma era moderna pode ajudar também na compreensão da composição dos estados. No que diz respeito ao desenvolvimento da modernidade, é possível considerar como distinto momento histórico e tem relação com uma espécie de localização no tempo onde o moderno é distinto do pré-moderno, e também do pós-modernidade. Segundo Heller & Feher (1995, 50) Os modernos compreendem seu mundo como essencialmente diferente de todos os mundos. Inclusive afirmam o ordenamento que difere do momento anterior, numa relação direta também de significado do período histórico. Portanto entender o aspecto histórico do próprio estado, como por exemplo, Florenzano (2007) cita os estados corporativos ou de ordem, que teria sido predominante entre os séculos, XIV e XVI. Tal período também é referendado na obra de Poggi (1981), ao tratar num capítulo o conceito de *Standestaat*. Para esse autor o *Standestaat* pode ser traduzido como comunidade política de estados. Isso num significado mais próximo do idioma português. Entretanto essa referência localiza o *Standestaat* se difundindo já no século XIII.

O desenvolvimento do estado com o passar dos séculos vai fazendo com que cada vez mais esse avança nos aspectos complexos e burocráticos, dotando-se de uma estrutura altamente especializada na unicidade e pragmatismo de suas ações e objetivos. “Portanto, no sistema de Estados, cada Estado é uma unidade que se origina e dota de poderes a si mesma. Funcionando exclusivamente para realizar seus próprios interesses” (POGGI, 1981, p. 98). Ainda ao refletir sobre o trabalho de Poggi, vale ressaltar que o mesmo põe o Estado como uma máquina cujas peças se interligam todas, sendo que essa engrenagem é mais plausível quando se refere a máquina administrativa que é o Estado.

A propósito de demonstrar como ocorre o funcionamento complexo do estado vale ainda destacar que o mesmo depende de um determinado grau de civilidade, mesmo diante de situações muitas vezes não harmônicas, como já mencionadas nas reflexões anteriores. Dentre as características importantes que vão sendo manifestada no interior e funcionamento do Estado, está a civilidade isto é, um processo mais civil da máquina estatal, sendo isso mais evidenciado pela separação das formas coercitivas do estado estar mais ao setor militar e policial. Para continuar nessa linha novamente valemo-nos de Poggi, para considerar que outra manifestação da civilidade é a adoção de formas mais humanas de instauração de

processos em casos de práticas de crimes. Mesmo porque outro elemento que está inerente também no estado é a coerção e a controvérsia, ambos também compõem um quadro onde a civilidade se desenvolve. Segundo BELLARDO (2015, p. 34) os recursos de poder da burocracia estatal derivam, principalmente, da concentração da informação e de sua competência organizacional. Portanto é possível perceber que a organização estatal é, sobretudo, permeada de determinados tipos de conhecimentos, que dão a ela uma sofisticada capacidade de trabalhar ao mesmo tempo tantas questões latentes no seu interior. Pereira (1976, p.56) citando Weber aponta a interdependência entre os processos de burocratização, de urbanização, de secularização geral da cultura e das atividades ocupacionais. “Por sua vez, o próprio Weber traz que: ”a especialização das ocupações leva a uma melhora qualitativa e quantitativa da produção, servindo assim ao bem comum (WEBER, 2009, p. 126)”.

03 ESTADO, PODER, BUROCRACIA E USO PRIVADO DO ESTADO

O funcionamento do Estado tem sido marcadamente caracterizado por elementos de tensionamentos, de avanços, estagnação ou até mesmo de retrocesso em alguns pontos no exercício dos princípios que compete ao mesmo enquanto organização instituída e reconhecida pela sociedade. São elementares no interior do estado, questões como Poder, Burocracia e até mesmo o uso privado do estado, pois compete a esse tratar da disposição ordenamento e funcionamento de todo o amplo sistema administrado pelo Estado e presente na civilização, pois também faz parte a questão de civilidade nas nações modernas. Para entender como se dá na prática o estado, faz-se necessário uma reflexão sobre os conceitos elencados no título do presente capítulo. Em termos conceituais já foi discorrido sobre o conceito de Estado anteriormente, por isso as considerações aqui serão focadas nas questões do Poder, Burocracia e uso privado do Estado. Para Aristóteles na obra *A Política*, o estado é composto por uma multidão de indivíduos, que os homens cometem injustiças não só para fazer as necessidades da vida. Num a de suas afirmações tem-se uma ilustração sobre o conflito que ocorrem nas relações entre os indivíduos: “os homens superiores se irritarão com a igualdade, que só lhes proporciona uma parte comum, não recompensa seus méritos – essa pretensão de sua parte perturba os estados e provoca revoluções (ARISTÓTELES, p. 36, 2005).

O poder em termos gerais se refere aquilo que é capaz de agir e produzir efeitos, tanto em sujeitos quanto grupos. Ou seja, além de uma pessoa, pode também ser exercido num determinado grupo, até mesmo numa população inteira. Johnson traz uma clássica definição de Weber para o conceito de poder. “O poder como capacidade de controlar indivíduos, eventos e recursos – fazer com que a pessoa quer, a despeito de obstáculos, resistência ou oposição” (JOHNSONM 1997, p. 176). Por sua vez, Bobbio ao fazer considerações sobre conceito de poder pontua que: “se entendermos em sentido especificamente social, ou seja, na sua relação com a vida do homem em sociedade, o Poder torna mais preciso” (BOBBIO, 2007, p, 935). O estado é uma das maiores instâncias de poder da modernidade, em muitos casos é a única forma legítima de poder. Para Hobbes (2005), a única forma de garantir segurança e satisfazer os sujeitos que vivem do fruto da terra é

conferindo o Poder para um homem, ou assembléia de homens, que tornam-se revestidos de um poder soberano. Dessa forma ao que é dotado do Poder distingue-se dos demais numa relação, portanto, entre soberano e demais súditos. Porém, mesmo com a condição de um poder reconhecido o estado não está isento de que para exercer algum tipo de ação de poder, o mesmo terá que se submeter aos trâmites da burocracia, que também é uma das características do próprio estado

O Estado de certa forma estrutura-se para manter a ordem vigente, além de criar normas, regras, hierarquias e organizações que também assemelham as organizações e ou empresas privadas. A burocracia para alguns autores nasce das relações de produção, consolida-se no Estado, tal como uma forma organizada de controle social e amplia-se nas organizações de modo geral. Sendo assim a sociedade moderna tornou-se uma: “Sociedade de organizações burocráticas submetidas a uma grande organização burocrática que é o Estado”. (MOTTA, 1981, p. 8). Portanto sob essa óptica o Estado aparece como uma organização burocrática fundamental, consolidando uma elite política comumente ligada à classe dominante, criando para, além disso, um corpo de funcionários hierarquicamente organizados para darem conta da administração desse complexo sistema de administração. Ainda com isso procura manter certa ordem interna, além de uma proteção ao próprio estado constituído, das possíveis ameaças externas. A organização estatal burocrática também usa seu poder disciplinador para buscar consenso social, mediante a uma percepção que: “enquanto estruturas de dominação, as organizações burocráticas contêm em si conflito latente, e para abafá-las, todas as instâncias são manipuladas, isso quer dizer que há mecanismos para neutralização de conflitos” (MOTTA, 1981, p. 48). Até mesmo Marx faz menção sobre os conflitos entre classes no interior do estado. Segundo ele: “os que nas sociedades humanas combatem pela vida, acham-se em condições de desigualdades estranhas à sua natureza, pois uns recebem instruções que os outros são privados” (MARX, 2013, p. 27). Parece ser sugestivo nas afirmações de Marx que existe conflitos latentes, no âmbito das relações sociais das classes que compõe as sociedades modernas.

As reflexões trazidas em termos gerais até aqui, referem-se a um arcabouço teórico geral dos conceitos Estados, Poder, Burocracia e uso privado do estado. Porém vale fazer algumas considerações mesmo que brevemente, como ocorre o caso do Estado Brasileiro, que provavelmente ou certamente recebeu influências

dos estados europeus, uma vez que é de certo modo um estado “novo” em termos da história da civilização, bem como é fruto de colonização do estado português uma das nações européias. O país também recebe influências de outras nações ocidentais ao longo de sua história, contudo vamos apenas citar alguns fatores da questão da coroa portuguesa, enquanto início histórico do Estado brasileiro que legitimou-se também num contexto de sociedade da época. Como afirma FAORO (2008) “Para isso o estado se aparelha, grau a grau, sempre que a necessidade sugere, com a organização política e administrativa, juridicamente pensada e escrita” (FAORO, 2008, p. 30).

Para entender mais diretamente algumas características na forma de funcionamento do estado brasileiro após ser constituído politicamente independente de Portugal, tem-se breves considerações como a seguir: “O estado vai além de simples distribuição de empregos públicos em troca de apoio. Ele se vê forçado a delegar boa parte da administração local senão toda ela”.(CARVALHO, 1997). Tal citação remete à algumas características presentes no estado brasileiro. São fatos que talvez possam elucidar pelo menos em partes como acontece o funcionamento do estado, numa relação que envolve poder, burocracia e uso privado do estado. Burocracia por ser um elemento presente na máquina estatal e já citada anteriormente assim como o conceito de poder. Por isso aqui é centrado mais no uso privado do estado. Historicamente com a diminuição ou decadência do poder político dos coronéis, os mesmos mantinham-se no poder via presença do Estado, num sistema político de barganhas. Para LEAL (2012, p.204) “ainda hoje se observa no interior, principalmente nos lugares mais remotos, manifestações muito visíveis de poder privado, pelas influências dos chefes locais”.

Ao discorrer sobre elementos do estado sua composição em termos gerais, é possível entender também alguns dos elementos que também fazem parte do funcionamento do estado brasileiro, também no que tange sua organização, sua complexidade em geral. E ainda vale considerar todas as influências diretas, das relações de poder, patrimonialismo entre outros, tão presente também no interior das instituições públicas do país.

04 SERVIDOR NO INTERIOR DAS ESCOLAS E ABSENTEÍSMO

No capítulo anterior foram trazidas reflexões que dizem respeito ao funcionamento do estado em geral. E ao entender um pouco da máquina burocrática do estado, facilita também o processo de compreensão do próprio trabalhador no interior da organização estatal. Entende-se aqui o trabalhador como parte inerente do funcionamento, bem como executores da própria ação direta e burocrática do estado.

Os agentes públicos são os representantes do estado que estão em contato direto e no atendimento aos cidadãos que compõe a sociedade, na qual o estado está inserido. Assim como os trabalhadores com suas relações de trabalhos vinculados ao setor privado, o trabalhador do setor público tem também suas obrigações a cumprir, mesmo que tais obrigações tenham algumas características próprias dos regimes contratuais pelos quais os servidores públicos são contratados, seja um servidor estatutário, sejam servidores com contratos temporários, ou ainda servidores com vínculos de comissão. Para a maioria absoluta da população não há muita diferença, ou melhor, não se percebem bem claro as diferenças entre os tipos de vínculos de contrato no interior das organizações estatais. Percebe-se na população em linhas gerais, verbalizações do tipo; ah é funcionário público, sendo que em verbalizações desse tipo, também há incluso alguma ideia de que funcionário público tem uma condição especial em relação aos outros trabalhadores do setor privado, e que até mesmo são menos produtivos, ou capazes em relação aos demais trabalhadores.

O que de fato existe são algumas condições que não necessariamente seria melhor, porém diferente. Inclusive em determinados momentos pode haver algum tipo de dificuldade muito maior nas relações e condições de trabalho dos servidores públicos. Como nos casos daqueles trabalhadores públicos que não estão nem vinculados a um contrato de trabalho satisfatório, tampouco estão vinculados ao Estatuto. Desse modo esses trabalhadores são prejudicados por responderem também como agentes públicos, mas ao mesmo tempo sem direitos e ou benefícios próprios daqueles servidores com outros tipos de regime de contratação como caso do estatuto e outros tipos de contratos.

As diferenças essenciais entre o setor público e o privado na composição de seu quadro de trabalhadores, vão desde as formas de ingresso, e tipos de legislações específicas, para os dois setores, até aos tipos de benefícios que um pode oferecer e outro necessariamente não. Enquanto nos regimes de contratos nas empresas privadas, predominam praticamente em todas elas, o regime de contrato em carteira assinada, com algumas peculiaridades e direitos contidos nessa forma de contratação. Na esfera pública o mais característico, ou mais conhecido regime tem sido o de regime estatutário, ora ressaltado como diferencial por parte dos servidores, ora questionado pelos mesmos. Existem momentos muito explícitos desse tipo de visão em relação aos trabalhadores públicos. Por exemplo, quando ocorre uma valorização dos salários dos trabalhadores da iniciativa privada, mesmo que sendo temporariamente, e não tendo uma garantia de emprego, muitos trabalhadores do setor público questionam sobre o valor do seu trabalho, inclusive muitas vezes com reivindicações muito pontuais, incluindo até mesmo greves. Por outro lado os trabalhadores do setor privado também trazem suas inquietações, ou questionamentos quando se trata de um período de dificuldades para o setor privado. Ambos os setores não estão isentos das relações até mesmo conflituosas no cotidiano de suas atividades. Para finalidade desse capítulo e do presente trabalho a reflexão se pauta de modo específico do servidor público. Portanto o trabalhador do setor público, com eventuais ponderações em relação ao setor privado, uma vez que algumas questões das relações de trabalho ou as formas que são administradas algumas relações trabalhistas, se repete em ambos os setores. Considerando que é na atuação rotineira dos trabalhadores, seja o superior ou subordinado, que conflitos e interesses de sujeitos ou grupos de sujeitos se encontram. Fenômenos esses que podem interferir de maneira negativa no funcionamento das organizações, conseqüentemente também podendo trazer prejuízos para a população atendida.

Como já citado nos parágrafos iniciais desse capítulo, vale ressaltar aqui as considerações de Supiot (1995). Para esse autor é o conceito de estatuto que caracteriza o emprego a serviço do público, enquanto que no emprego a serviço do privado é caracterizado pelo contrato. O autor ainda pondera que no estatuto tem-se a separação das relações de trabalho da esfera comercial. Já por outro lado no contrato assalariado o trabalhador vende sua força por um valor de mercado para

sua força de trabalho. Portanto essa idéia inicial de reflexão é importante para se ter melhor percepção e compreensão, de quais tipos e condições de trabalho o servidor público está submetido. Uma vez que tendo esse entendimento facilita compreender os dados apurados na parte final desse trabalho. Para isso vale ressaltar novamente as explanações de Supiot (1995), pois para esse autor, tem-se no cargo do agente público certo revestimento de um determinado valor, pelo cargo, que muitas vezes sobrepõe até mesmo o valor de mercado e a força de trabalho. Isto como mais uma característica do espírito do trabalho público.

Portanto é válido levar em consideração que algumas características são bem demarcadas nas condições de trabalhos, do trabalhador público e do trabalhador da iniciativa privada. E isso muitas vezes pode levar aos sujeitos a ideia de que um agente público tem determinados tipos de privilégios, já citado no decorrer do capítulo. Com isso atentar também para melhor entendimento da forma de atuação do estado na sociedade, inclusive no que diz respeito ao trabalho desenvolvido nas organizações desse estado, darão uma clareza maior para que seja possível interpretar de maneira mais objetiva e aprofundada o entendimento dos cenários em que atuam os agentes públicos, bem como os fatores que dão a esses trabalhadores tais percepções, por parte da sociedade como um todo.

05 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados obtidos durante as entrevistas realizadas deram um panorama inicial de entendimento mais apurado sobre as condições dos trabalhadores servidores na educação, não atuantes na docência. Também trazem dados passíveis de interpretação do absenteísmo e como a gestão de quadro incompleto de pessoal pode interferir na dinâmica de funcionamento das escolas, mediante a uma política de quadro de pessoal insuficiente. Os dados estão descritos sinteticamente, e disposto em basicamente quatro momentos principais, conforme a disposição dos textos a seguir.

a) Síntese sobre identificação e vínculo funcional.

Foram entrevistados dez servidores em cinco escolas, sendo nove servidores do sexo feminino, e um servidor do sexo masculino. A faixa etária dos entrevistados variou entre 30 (trinta) e 52 (cinquenta e dois), anos de idade, perfazendo uma média de idade de 35,4 anos, (trinta e cinco anos e quatro meses). Sobre a forma de vínculo de trabalho, 4 (quatro) são vinculados ao regime estatutário no Quadro de Funcionários da Educação Básica (QFEB) e 6 (seis), são contratados no regime de contrato temporário PSS (Processo Seletivo Simplificado). Isto significando 60% (sessenta por cento) dos trabalhadores no regime temporário. Ainda segundo o levantamento dos seis contratados temporariamente, cinco sempre atuaram nesse regime, um servidor teve um contrato via Paraná Educação (Serviço social autônomo atuando na contratação de educadores) anteriormente. Por outro lado os trabalhadores do quadro de educação básica no regime estatutário, todos informaram que seus vínculos de trabalho foram sempre estatutários. Em relação ao tempo de serviço prestado pelos servidores o tempo médio de atuação foi de dois anos e sete meses. Considerando a soma de todos os vínculos inclusive do pessoal permanente.

b) Síntese com a caracterização do local de trabalho.

Para caracterizar o ambiente de trabalho dos educadores, foram elaboradas cinco questões de caráter exploratório, objetivando entender como as condições de trabalho do educador podem influenciar no desenvolvimento das suas respectivas obrigações e na rotina da escola. Sendo que para explorar tais aspectos, foram elencadas primeiramente questões relacionadas à quantidade de trabalhadores contratados e as demandas de quadro de funcionários da unidade, mediante a verbalização dos entrevistados. Posteriormente foram abordados temas sobre as dificuldades que estão vinculadas às condições objetivas de trabalho onde os sujeitos puderam falar sobre as dificuldades encontradas, para atender as necessidades do funcionamento da escola, bem como a comunidade escolar em geral.

No levantamento para caracterização das condições de trabalho, buscou-se também o entendimento de como são as relações de trabalho entre iguais, e as relações estabelecidas com a equipe diretiva da escola, no que diz respeito as formas de comunicação e como são feitas os encaminhamentos dos trabalhos obrigatórios que são parte do funcionamento rotineiro da escola.

Os respondentes verbalizaram várias falas que demonstram situações reais de como é necessário muitas vezes fazer determinados tipos de arranjos no interior das unidades, tendo em vista fatores como a falta de funcionários seja eventual ou frequente, como é o caso de faltas por condições pessoais do servidor, que na maioria das unidades ocorrem. Dentre as falas que apontam uma situação de dificuldade no quesito falta de funcionários, tem se duas afirmações ilustrativas. A funcionária aqui denominada D.A disse: “Não é suficiente o número, nem aqui nem nas outras escolas”. Tal afirmativa é compatível ao que expressa outra agente educacional: “ Não existe suficiente e ouve por aí também que falta também nas outras escolas”. No quesito aqui citado praticamente foram unânimes as respostas dos entrevistados em afirmar que falta pessoal para atender a demanda.

Ao abordar os dados trazidos sobre como são administrados ou organizados os trabalhos para suprimento das necessidades do local, foram observados vários elementos que caracterizam a rotina no ambiente de trabalho dos educadores não docentes. Além do quadro de pessoal, na maioria das vezes trazidas como incompletos pelos educadores, outros fatores são destacados na fala dos entrevistados. Entre eles existe a organização dos trabalhos que são feitas muitas

vezes entre os próprios agentes, e outras vezes com a determinação da equipe diretiva da escola. Uma afirmação que corrobora os arranjos feitos entre educadores e da agente EH: “É complicado, pois, a divisão é entre os funcionários, não tem encarregado.” Outra agente demonstra na sua verbalização a questão da cooperação existente. Para LO: “Em mais ou menos oitenta por cento dos casos é colaboração em geral entre os funcionários”.

Apesar do predomínio das afirmativas do regime de arranjos e cooperação entre os educadores para dar conta das obrigações de trabalho visando o funcionamento essencial da escola, houve também afirmações que demonstram casos em que o gestor ou algum membro da equipe de gestão participa na tomada de decisões ou no ordenamento da força de trabalho com os funcionários. Isso pode ser visto na resposta do agente educacional AD: “A gestão informa, tem bom senso, espírito de equipe”. Mais uma posição nesse sentido, está outra colocação feita por KL a agente pontua: “os diretores informam e dizem que façam o que for possível”. Portanto percebe-se que mesmo com predomínio dos arranjos dos funcionários para realização das atividades, existem casos que a gestão também participa para ajustar as demandas rotineiras e deliberar as funções junto aos agentes.

No ambiente de trabalho das unidades também percebeu-se situações de algum tipo de conflito que permitem citar a existência de tensões, ou dificuldades de relações existente no interior das escolas. É possível identificar nas respostas, dificuldades, entre os agentes, e entre agentes e membros da gestão. Mesmo que um ou outro agente respondeu que é tranquilo a relação no cotidiano, isso não ilustra de forma ampla e completa a realidade, mas sim relata apenas determinados locais. Várias das respostas trouxeram dados indicativos de que conflitos também são característicos no funcionamento das unidades pesquisadas. Aqui são apresentadas três respostas que demonstram os conflitos e ou dificuldades encontradas na rotina dos educadores. A agente BA respondeu: “É estressante, muitas pessoas fazem além, outros nem cumprem com o mínimo”. Há similaridade na afirmativa da agente HE lotada em escola diferente da agente BA. Na resposta dada por HE há indicação de dois conflitos a primeira diz respeito aos educadores, e na segunda há indicador de dificuldade com a gestão. Segue as duas afirmações de HE: “Complicado a divisão entre funcionários, uns tem outros não – Nada é

informado, são os últimos, a saber, sempre indo atrás, as coisas acontecem ao seu redor”.

Por fim, ainda no que concerne a caracterização do ambiente de trabalho aqui percorrido, existe um elemento importante a se destacar que estão relacionados com a chefia imediata, ou a equipe de direção das unidades, e a relação dessas com os educadores não-docentes, na rotina escolar. Principalmente nos aspectos de como determinam ou conduzem as atividades dos educadores. A questão mais evidenciada tem a ver com as cobranças ou determinações que são mais de competências dos gestores em si, que propriamente dos trabalhadores subordinados numa hierarquia da organização, nesse caso os educadores não docentes.

Dessa caracterização pode ser sintetizado um pouco de como se dá a comunicação entre subordinados e chefia. O elemento mais evidenciado e importante é como são determinados ou como os trabalhadores são cobrados para uma determinada atividade. Em linhas gerais os respondentes trouxeram dados afirmativos de que normalmente são tranquilos os pedidos feitos pelos gestores, quando necessário cumprir com algumas atividades emergenciais. Entretanto alguns educadores verbalizaram situações de dificuldade para atender algumas solicitações dos membros de gestão, principalmente quando tratam de exigir fazer outras atividades incompatíveis com a função designada, ou pela qual o servidor não foi contratado. Inclusive em horários fora do trabalho! Uma agente expôs da seguinte maneira: “Existem dias que são convocados para eventos, até no sábado, ou até reuniões de pais, tem que vir”. Outra agente afirmou: “existe sim fazer outras atividades, porém não horas a mais”. Na segunda afirmação a agente não explicitou qual tipo de atividade para qual é obrigada a cumprir. Na fala dos educadores perceberam-se alguns casos de gestão centrada unicamente na pessoa do gestor e alguns casos compatíveis com a impessoalidade no comando das situações.

c) Síntese da exploração do Absenteísmo.

Na continuidade da explanação dos dados levantados, segue-se, as considerações sobre absenteísmo, principal elemento do trabalho realizado. Aqui

são elencadas verbalizações e considerações dos dados obtidos junto aos educadores, dando continuidade na exposição de fatores tais como a comunicação e a sobrecarga de trabalho e ou de atividades que ocorrem como demanda imediata para os educadores quando da ausência de servidores no interior do estabelecimento de ensino.

Houve uma maioria de respondentes afirmando que é frequente o número de funcionários que faltam nas unidades. Apenas três afirmativas que disseram não haver funcionários faltosos nos respectivos estabelecimentos. Dentre os faltantes a forma de como comunicam as ausências, os entrevistados informaram que ocorre via telefone e pessoalmente, em contato com a secretaria da escola, ou diretamente com a direção da unidade. Porém como são informadas as faltas, depende do tipo de falta que ocorre se for de período estendido ou de um dia apenas. No caso de falta rotineira ou frequente, segundo eles, as respostas foram diversificadas sobre o jeito de comunicar. Alguns agentes informaram que é feito via telefone, pessoalmente, ou até mesmo nem é comunicado no dia. Houve situações segundo relatos, em que nem se quer a gestão tomou conhecimento, ou os colegas de trabalho tomaram conhecimento via redes sociais somente. Uma agente expressou verbalmente um dos exemplos: “via recadinhas, via *whatsapp*, muitas vezes nem fica sabendo, sendo uma falta comum” (sic). Isso para os casos de faltas diga-se “corriqueiras”. Já para os casos de afastamentos mais prolongados são trazidos atestados ou outros tipos de documentos comprobatórios pessoalmente para a escola, uma vez que precisa ser feito o registro e os devidos encaminhamentos burocráticos para instâncias superiores do estado. Essa afirmação sobre os documentos apresentados nas escolas para afastamentos prolongados foi unanimidade entre os entrevistados, isto é, todos os respondentes confirmaram tal trâmite, para esses casos específicos.

Um aspecto repetido nas verbalizações dos sujeitos, diz respeito ao período que há normalmente um quadro incompleto de funcionários nas unidades escolares. Esse período segundo os entrevistados são os períodos que correspondem entre o final do ano letivo e o início do ano letivo seguinte. Ainda segundo relatos justamente é o período que mais precisa de funcionários, principalmente Agentes Educacionais-II, devido ao grande número de atividades administrativas para a conclusão dos encaminhamentos de fechamento de ano e preparação do ano a seguir. Há relatos

que afirmam que a dificuldade aumenta principalmente com o término do contrato dos trabalhadores temporários! Aqui uma verbalização mostrando esse fato; para a agente MD: “Existe falta no início do ano, na ausência de contratos temporários e licenças”. Cabe aqui ainda citar que normalmente não existe reposição de funcionários quando do afastamento no caso das licenças especiais quando usufruídas pelos servidores estatutários. Segundo o agente JS: “há uma demora no suprimento de funcionários no início do ano letivo, e falta quando das licenças previstas”.

Em relação ao fator ausências em si, foi possível apurar dados que expressaram um pouco de como isso é tratado entre educadores não docentes, e equipe diretiva, no que se refere ao entendimento dos envolvidos sobre as faltas e como é vista por eles. Dois dados são destacados na questão da ausência. Primeiro que para os educadores entrevistados é que os motivos são essencialmente os mesmos para faltar, sendo que os motivos relatados foram por questões de saúde do servidor ou do seu dependente, e outro motivo é relacionado a questões ligadas a vida escolar dos filhos e ou também de dependentes. Para maioria, não houve nenhuma dificuldade para informar sobre as faltas, aos responsáveis na escola e interessados diretamente em tomar conhecimento da ausência do funcionário.

Para finalizar as considerações do absenteísmo um último elemento relatado por praticamente todos os educadores é o fato de que quanto mais frequente as faltas, menor é a chance de a mesma ter motivos para ser justificada. Para esses sujeitos não tem motivos justos, para repetidas vezes os agentes faltarem. JL afirmou: “existem aqueles que faltam com frequência e sem motivos justos”. Praticamente iguais, são as afirmações de mais duas agentes educacionais a esse respeito. Ambas verbalizaram da seguinte forma: “tem muitos que faltam muitas vezes e sem motivos justos”. Essas duas agentes são funcionários atuando em diferentes unidades. Portanto simplificando com as respostas desses educadores, pode se inferir que quanto maior o número de faltas, menor a chance de serem plausíveis as justificativas dadas para as ausências dos faltosos.

06 CONCLUSÃO

Ao finalizar esse trabalho, é possível fazer algumas conclusões parciais mediante aos dados obtidos durante ao levantamento de campo e analisados nas reflexões discorridas ao longo do texto desenvolvido. Uma das conclusões é que do ponto de vista teórico é possível compreender o Estado numa complexidade ampla, e que, portanto também faz necessário olhar para o funcionamento desse estado como uma máquina administrativa extremamente sofisticada e que ao longo dos séculos foi cada vez mais desenvolvendo meios para dar conta das demandas da sociedade, nas suas distintas épocas. Outra conclusão possível ainda em relação teórica é referente aos aspectos peculiares do estado, incluindo as forças de trabalho vigente, por meio de servidores públicos que atuam no interior dessa instituição.

Ao adentrar nas unidades escolares, com a finalidade de entrevistar, ou melhor, obter dados para compor o trabalho aqui concluído. Tendo em vista as observações que foram pontuadas, observou-se que existem de fato arranjos e meios que são utilizados pelos agentes em geral para suprir as necessidades que aparecem na rotina escolar, independentemente das posições sejam elas de gestor ou de agente educacional que diretamente trabalha naquelas determinadas situações ou condições. Para o aprofundamento das reflexões, tomou-se como ponto de referência um conceitual teórico em geral, para olhar da direção externa para interna das unidades, com intuito de melhor perceber as condições objetivas das realidades visitadas. Tal olhar de externo para o interno facilitou o distanciamento do pesquisador, que permitiu um olhar mais acurado e de neutralidade para entender os diversos fenômenos que ocorrem nas instituições. Esse olhar com um guiado pela literatura externo favoreceu um olhar diferenciado e com maior propriedade, para a interpretação das verbalizações, e outras situações trazidas pelos servidores.

Apesar das teorias que facilitaram inicialmente a exploração principalmente nos aspectos conceituais desse trabalho, algumas ponderações são válidas no sentido de que o funcionamento no interior das várias organizações da grande instituição que é o estado, tem sempre a complexidade ampla, mesmo que seja

numa organização de menor porte como são as unidades escolares. Por outro lado vários fatores que foram observados durante o levantamento, permitem dizer que, a rotina das escolas traz diversos elementos, que são passíveis de explorações mais aprofundadas, ou de estudos mais sistematicamente explorados, uma vez que o presente estudo buscou uma investigação inicial, com alguns objetivos, que não contemplam tão amplamente o que ocorre no interior das escolas estaduais. É possível que novos estudos exploratórios possam contribuir para o entendimento de temáticas ligadas ao estado, funcionamento da escola, relações no interior da mesma. Vale ressaltar, portanto que o presente trabalho além de permitir um entendimento mais sistemático e apurado das realidades pesquisadas, aponta também para um cenário que permite novos estudos exploratórios futuros.

Por fim basicamente é possível concluir que são vários elementos, e agentes envolvidos para o andamento do Estado, mediante a uma complexidade de fatores que dão corpo e consistência que legitima a posição de poder e força do estado. É possível ainda concluir que as condições de trabalho dos agentes de estado, dependem de algumas situações e ações do próprio aparato estatal, para que as demandas sejam atendidas, e que esse estado pode continuar executando suas obrigações e delegando suas prerrogativas de prover aos seus cidadãos, condições de bem estar aos seus atendidos. No caso do presente trabalho ações voltadas aos trabalhadores da educação, os agentes educacionais, no interior das escolas, para servir a população pela qual o estado tem que atender.

REFERÊNCIAS

ARISTOTELES. **A Política**. (Coleção Mestres Pensadores). 15 ed. Trad. Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Escala, [2005?].

BELLARDO, W, S. **Trajetória da Burocracia Educacional**: recrutamento e recursos de poder. 393 F. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

CARVALHO, J, M. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152581997000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 23 Feb. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>.

FAORO, R. **Os donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. 4.ed. São Paulo: Globo, 2008.

FLORENZANO, M. Sobre as origens e o desenvolvimento do estado moderno no ocidente. *In: Lua Nova*, São Paulo, 71: p. 71-79, 2007.

GIDDENS, A. **Sociologia**. Tradução Sandra Regina Netz. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

HELLER, A & FEHER, F. O pêndulo da modernidade. **Tempo social**: Revista de Sociologia da USP, S. Paulo, 6(1-2): 47-82, 1994 (editado em junho 1995).

HOBBS, T. **Leviatã**. Tradução Graça Burati - . 1. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

HUNINGER, G. Max Weber e a história cultural da modernidade. *In: Tempo Social*, revista de Sociologia da USP, vol. 24, n. 1, p. 119-136. Junho 2012.

JOHNSON, A, G. **Dicionário de sociologia**: guia prático de linguagem sociológica. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MACHIAVEL, N. **O Príncipe**. (Coleção Mestres Pensadores). Tradução Lívio Xavier. São Paulo: Escala, [2005?].

MARX, K. **O Capital**. Trad. e condensação, Gabriel Deville. Bauru: Edipro. 3.ed. 2.reimpressão. 2013.

PEREIRA, L. **A escola numa área metropolitana**: crise e racionalização de uma empresa pública no setor de serviços. 2.ed. São Paulo, Pioneira: 1976.

PODER. In: BOBBIO, N; MANTEUCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de Sociologia**. trad. Carmen C Varriale et ai. Brasília: Universidade de Brasília – 13.ed. 2007, 2008 (reimpressão). Vol. 2: 656 p.

POGGI, G. **A evolução do Estado Moderno**: uma introdução sociológica. Tradução: Álvares Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

PRESTES MOTTA, F. C. **O que é burocracia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SUPIOT, A. A crise do espírito de serviço público. Tradução Maria Luiza de Carvalho Armando. In: **Adverso**: Revista de Docentes da UFRGS, Porto Alegre, v. 5, n. 7, p. 17-25, julho. 1995.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Trad. Talcott Parsons. (6ª reimpressão). São Paulo, Martins Fontes: 2009.